

Educação profissional e tecnológica em um Brasil em transformação:

compreensões históricas

Por Julio Cesar Ausani¹ e Roselene Gomes Pommer²

Resumo

O referido projeto de pesquisa integra o Programa de Pós-Graduação em Educação profissional e Tecnológica da UFSM e pretende através de pesquisas bibliográficas, análises de periódicos e de depoimentos orais, refletir sobre as bases do processo histórico de implantação e de transformação da educação profissionalizante, no Brasil, desde a década de 1930, até o início do século XXI, tendo o ensino técnico profissionalizante em Santa Maria como estudo de caso. Efetivado a partir do governo de Getúlio Vargas, esse processo sofreu alterações durante os governos de Juscelino Kubitschek, dos presidentes militares, daqueles posteriores a estes e, mais recentemente, após o ano de 2003 quando foi criada a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação. Para refletir sobre as alterações desse período, buscar-se-á compreender as relações entre as ações políticas e econômicas adotadas na época, (Planos Nacionais de Desenvolvimento, o chamado Milagre Econômico Brasileiro, a reabertura política, a promulgação da Constituição Nacional de 1988 e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996) e as demandas determinadas a partir da reestruturação do sistema capitalista. A compreensão desse processo é fundamental para a definição das políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica em um país em transformação sócio laboral.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Relações de Poder; Tecnologias; Políticas Públicas.

Abstract

That research project is part of the Graduate Program in Professional and Technological Education of UFSM and through literature searches, analysis of journals and oral statements, to reflect on the foundations of the historic process of implementation and transformation of vocational education, Brazil, from the 1930s until the early twenty-first century and vocational technical education in Santa Maria as a case study. Effected from the Getulio Vargas government, this process has changed during the government of Juscelino Kubitschek, the military presidents, those subsequent to these, and more recently, after the year 2003 when it created the Department of Professional and Technological Education (SETEC), the Ministry of Education. To reflect on the changes of this period will be sought to understand the relationships between the political and economic actions taken at the time, (National Development Plans, the so-called Economic Miracle Brazilian, political reopening, the promulgation of the Constitution of 1988 and the very Law of Directives and Bases of National Education, 1996) and demands determined from the restructuring of the capitalist system. Understanding this process is key to the definition of public policies for Vocational and Technical Education in a country where labor social transformation.

Keywords: Education; Work; Power relations; Technologies; Public policy.

¹ Mestrando do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do CTISM/UFSM.

² Professora de História do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, do Curso de História - Licenciatura e Bacharelado e do Mestrado Acadêmico em Educação Profissional e Tecnológica

Introdução

Não são poucos os desafios para os envolvidos no processo simbiótico formado pelo ensino e pela aprendizagem, especialmente no que se refere à educação profissional e a pesquisa de suas problemáticas. Pois a meta deste artigo é envolver o leitor nessa simbiose, propondo elementos para a reflexão sobre as bases do processo histórico de implantação e de transformação da educação profissionalizante, no Brasil, desde a década de 1930, até o início do século XXI.

Efetivado a partir do primeiro período de governo de Getúlio Vargas (1930-1945), esse processo sofreu alterações durante os governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961), dos presidentes militares (1964-1985), no período pós-ditadura civil-militar e, mais recentemente, após 2003 quando foi criada a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação. Para refletir sobre as alterações desse período, buscar-se-á compreender as relações entre as ações políticas e econômicas adotadas na época, (Planos Nacionais de Desenvolvimento, o chamado Milagre Econômico Brasileiro, a reabertura política, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996) e as demandas determinadas a partir da reestruturação do sistema capitalista em nível mundial.

Considerando esses elementos reflexivos e comparativos e tendo por base pesquisas bibliográficas, análise de textos veiculados em periódicos, impressos ou online e documentos da época, pretende-se compreender a situação atual da educação profissional e tecnológica no país, bem como, suas possibilidades de ampliação e aperfeiçoamento no sistema educacional brasileiro.

I. Ensino Profissional no Brasil: bases históricas

O estudo da temática Educação Profissional no Brasil se mostra tanto instigante quanto desafiador, pois a sua compreensão exige reflexões acerca do processo histórico brasileiro. Isso por que as bases para a estruturação do sistema de ensino do país remontam a chegada dos primeiros missionários religiosos, integrantes da Companhia de Jesus e que pretensamente se apresentavam como os guardiões da estrutura eclesiástica nas áreas coloniais, assumindo, inclusive, a responsabilidade pela ordenação ideológica societal. Provavelmente por isso, a ordem monopolizara o co-

nhecimento dito científico, desde a Idade Média, no mundo ocidental.

Assim, os jesuítas quando aqui chegaram, e no decorrer dos séculos que se seguiram, foram os responsáveis pela estruturação de um modelo de ensino o qual gerou instituições confessionais de profundo viés doutrinário. Esse modelo perdurou e influenciou profundamente na organização do sistema educacional nacional.

Oportuno lembrar que as reduções jesuítico-guaranis instaladas nas áreas coloniais espanholas, representaram nesse período, um modelo não apenas econômico-social ou político, mas também de “aculturação” e de “conversão” dos povos indígenas à ordem judaico-cristã, ou seja, a um modelo civilizatório ocidental de submissão ao rei e ao papa. Para tanto, nas chamadas Reduções Jesuíticas, ensinava-se o latim, a religião católica, a pintura, a música e trabalhos em carpintaria e metalurgia, entre outras artes e ofícios europeus. Isso por que, acompanhado de um acentuado grau de espiritualidade, havia a intenção de formar mão de obra para servir as necessidades do núcleo comunitário que deveria manter-se de forma independente, além de estar sujeito à produção para o pagamento de tributos à coroa.

No caso da área colonial portuguesa, a ação jesuítica se deu com base na organização de colégios com vistas à conversão indígena e, principalmente, a manutenção dos colonos na doutrina religiosa cristã católica. Já no século XVIII, a ascensão do Marques de Pombal ao poder em Portugal e as reformas que implantou em especial a expulsão dos padres da Companhia de Jesus que atuavam nas colônias lusas, repercutiram de forma profunda no Brasil. Em decorrência disso, já na primeira metade do século XIX, escolas laicas foram criadas com o nome de Liceus de Artes e Ofícios.

Em decorrência das reformas pombalinas, as iniciativas de formação educacional não ficaram restritas as ações da Igreja Católica, mas estiveram presentes durante os séculos XIX e XX de forma destacada em todo o território brasileiro, estruturando um modelo de ensino dicotômico, que desvinculava o pensar do fazer. Isso por que durante os períodos colonial e imperial, o acesso à educação restringiu-se a um pequeno grupo de pessoas privilegiadas social e economicamente, portanto, em condições de enviar seus filhos para estudos na Europa.

Entretanto, para os filhos dos pobres, os chamados “desvalidos da sorte”, o destino era outro, como refere Moura:

A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista, com o objetivo de amparar os órfãos e os demais desvalidos da sor-

te, ou seja, de atender aqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, para que não continuassem a praticar ações que estavam *contraordem dos bons costumes*. (2010, p.61/62)

No início do século XX, o acesso à instrução formal no Brasil manteve-se marcadamente elitizado, voltado para a formação cultural e política das elites, membros da aristocracia rural. No entanto, já se delineavam algumas alterações em razão das pressões empreendidas por um novo contingente populacional: o operariado urbano. As influências trazidas pelos imigrantes europeus expulsos de suas nações pela ausência de recursos econômicos e profundas transformações políticas e sociais, contribuíram para esse processo de mudança acelerada.

As transformações advindas da Revolução Industrial na Europa, como a expulsão de massas camponesas para a periferia das cidades, a absorção dessas massas pelo novo modelo de produção industrial capitalista, as migrações entre os continentes, as revoltas e movimentos que em alguns casos resultaram em revoluções e a criação de novos paradigmas para a produção de bens e serviços, refletiram diretamente no Brasil.

O país agrário e dependente das exportações de açúcar, de algodão e de café que emergiu do século XIX com profundas mazelas e embalado por uma incipiente República, rendeu-se, gradativamente, à necessidade de adaptar-se ao novo contexto em nível mundial: o liberalismo que vivia seus estertores na Europa e nos Estados Unidos do entre guerras, com seu modelo de economia de mercado e das novas formas de produção e representação política³. Essa nova estrutura exigiu que a educação preparasse as massas de trabalhadores para atender as novas demandas do capitalismo.

Como a educação não é um corpo desvinculado do todo social, a implantação desse modelo no Brasil, especialmente a partir da chegada de Getúlio Vargas ao poder e a política de “substituição de importações”, determinou uma mudança na concepção geral de processo educacional. Com o novo modelo sócio econômico voltado para a diversificação da economia, urbanização e industrialização, se fez necessária uma mudança no sistema educacional o qual, por sua vez impulsionou a ideia de uma possível transformação do país através da educação. A esse propósito vale referir o conhecido Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova⁴, que propugnava, em 1932, como alternativa para resolver os grandes problemas do país, investi-

³ Conforme a obra biográfica de John Maynard Keynes. In SCHWARTZ, Gilson. John Maynard Keynes - Um Conservador Autocrítico – Biografia. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

⁴ In: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf, acessado em 25/09/15.

mentos públicos em educação laica, gratuita e obrigatória, caracterizando um movimento de renovação educacional que tornasse “a escola acessível, em todos os seus graus, aos cidadãos a quem a estrutura social do país mantém em condições de inferioridade econômica”⁵. Tal manifesto foi firmado por educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Já a partir de 1937, as políticas públicas para a educação nacional implementadas pelo Estado Novo se basearam na intenção de condução e manipulação das massas pelo estado, construindo uma estrutura que respondia a algumas demandas sociais, ao mesmo tempo em que legitimava e mantinha Getúlio Vargas à frente do processo político.

Assim é que, para compreender-se o sistema educacional e, especificamente a educação profissionalizante no Brasil, faz-se necessária a análise do processo histórico de estruturação do ensino técnico no país desde a chamada Era Vargas, bem como a análise de sua interação com a mudança de perfil de um país eminentemente rural, para um país urbano e industrial, o que reflete no projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek.

Os anos de governo de JK foram profícuos em demandas produzidas pela expansão da indústria nascente. A instalação de usinas siderúrgicas, a exploração das riquezas minerais, a instalação da indústria automobilística e a expansão da infraestrutura nacional (portos, ferrovias, rodovias, aeroportos, usinas hidrelétricas, siderúrgicas, etc.) demandaram um sistema educacional que acelerasse a preparação de mão de obra para dar apoio a essa “revolução” industrial aos moldes “tupiniquins”.

Assim, a educação pública, na medida em que o processo econômico do país sofria alterações em reflexo das mudanças operadas no nível do capitalismo mundial, se legitimava como instrumento de preparação da mão de obra necessária para suprir as novas demandas. Foi por conta desse processo que, ainda em 1909, foram fundadas 19 Escolas de Aprendizes Artífices, precursoras das Escolas Técnicas Federais, cujo objetivo era o de preparar os alunos para o imediato ingresso no mercado de trabalho, e não para a continuidade dos estudos através do acesso ao ensino superior.

Logo, a estruturação do que hoje se conhece como ensino técnico-profissional, remonta as transformações vividas pelo Brasil, em especial no século XX, mesmo que nos períodos anteriores tenham surgido algumas iniciativas, as quais se mostraram isoladas e efêmeras. No entanto, esse ensino ganhou ênfase a partir do governo JK (1956/1961), intensificando-se, a partir de uma nova lógi-

⁵Idem, p. 193.

ca, a do adestramento, durante os governos militares (1964/1985).

O modelo de industrialização implantado pelos chamados Planos Nacionais de Desenvolvimento, durante o período ditatorial, intensificou a demanda por mão de obra especializada e ditou a necessidade de expandir a rede de ensino técnico para vários setores da economia, a saber: indústria, comércio, serviços, transportes e agropecuária. As crises mundiais dos anos setenta, mesmo que tenham limitado os investimentos na área industrial, não representaram uma mudança desse paradigma.

Todavia, em nível social, as transformações foram mais profundas. Os anos de 1980 e 1990 trouxeram novas demandas; a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996) as acolheu em parte, estimulando a expansão da rede de educação tecnológica. No entanto, sua consolidação e aperfeiçoamento somente foram possíveis a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), ligada ao Ministério da Educação.

O fim do período ditatorial, a abertura política, a retomada do poder civil, a formação da Assembleia Nacional Constituinte e a construção de uma nova ordem jurídica, a qual procurou dar vazão às demandas sociais represadas, a promulgação da Constituição de 1988 e a retomada da normalidade democrática, associadas aos avanços tecnológicos, determinaram um novo modelo educacional profissionalizante.

II. Reflexões sobre algumas referências historiográficas necessárias a temática

Tentar entender a formação da educação profissional no Brasil exige um mergulho na diversidade da formação identitária do povo brasileiro. Indispensável para tanto é a leitura de clássicos da nossa historiografia, como a obra **Casa-Grande e Senzala**, de Gilberto Freire. Essa é uma referência para compreensão do Período Colonial e das influências do sistema escravista enquanto estruturador do trabalho compulsório, no Brasil, por um período de mais de três séculos.

A compreensão desse processo faz com que se possa examinar de modo mais acurado a contradição entre o trabalho de base escravocrata, manual e o trabalho dito intelectual, acessível somente a indivíduos livres.

A dicotomia entre trabalho manual e intelectual se acentua com a virada para o século XX. Daí a necessidade

do historiador aprofundar a análise dos fatos. Assim que, para E. H. Carr, na obra *O que é História?*: “A função do historiador não é amar o passado ou emancipar-se do passado, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para a compreensão do presente”(1985, p. 29).

Nessa linha, convém entender o que levou Getúlio Vargas ao poder capitaneando a Revolução de 1930 e implantando reformas de cunho político e social que nos acompanharam ao longo do século XX e que, de certa forma, ditam a pauta de discussões sobre reformas trabalhistas na atualidade. Para tanto, referências interessantes podem ser: **Os Vargas**, de Rubens Vidal de Araújo e **Getúlio Vargas: continuador de uma ideia; vítima da espoliação**, de Anselmo F. Amaral.

Indispensável também é examinar e compreender as equações econômicas que a partir dos modelos desenvolvimentistas implantaram modificações estruturais na vida do país a partir do fim da Era Vargas e a chegada ao poder de Juscelino Kubitschek, com amplos reflexos nos anos que se seguiram. Para tanto, o trabalho dos economistas Wonnacott/Crusius em **Economia**, pode ser referência importante.

Também a visão dos problemas brasileiros e os planos de desenvolvimento precisam ser examinados com uma perspectiva ampla, o que pode ser feito pela compreensão da obra “**Realidade Brasileira**” de José Odelso Schneider *et al.* Não se pode ignorar, também, os clássicos como **Engels: do socialismo utópico ao socialismo científico**.

O mesmo vale para a compreensão do fenômeno apontado acima, no que refere as contradições entre o modelo de produção baseado no uso intensivo de mão de obra e os avanços ditados pela tecnologia, ou seja, trabalho manual versus trabalho intelectual, o que faz da obra **O que aconteceu na História**, de Gordon Childe indispensável.

Ainda, indispensável se faz a leitura do clássico **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda, bem como trabalhos de intelectuais que se debruçaram sobre questões sociológicas e políticas, como os de Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Santiago Dantas.

Considerações Finais

Ao se pretender compreender o caminho percorrido pela educação profissional e tecnológica no Brasil a partir da Era Vargas e sua construção através das décadas se-

guintes, é inevitável lançar o olhar sobre o processo histórico e sua complexidade, refletida nas questões políticas, sociais e econômicas de um país em transformações.

Esse trabalho ofereceu algumas referências para que o leitor possa iniciar a compreensão da estruturação do ensino profissional e tecnológico em um país periférico e que necessita definir um modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, algumas questões pretéritas ainda precisam ser resolvidas, como: Qual é o papel do Estado? O que esperar dos governantes? Qual é, sobretudo, o papel dos educadores e qual o seu nível de envolvimento com os processos educacionais? Qual o lugar ocupado pelos educandos nesse processo? Qual papel a sociedade assumirá nesse novo e ambicioso jogo de poderes e saberes?

A percepção oferecida pela análise histórica infere que a implantação do ensino técnico no Brasil resultou de uma política meramente assistencialista que tinha como objetivo a preparação de mão de obra para a indústria, agricultura e serviços sem, entretanto, preocupar-se na superação da dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, mantendo os privilégios de classes.

Esta questão não foi adequadamente enfrentada, permanecendo uma espécie de fratura social, ou seja, aqueles indivíduos oriundos das classes menos favorecidas serão treinados para o chão de fábrica, enquanto os melhor aquinhoados terão acesso a uma educação integral que lhes permitirá o acesso aos trabalhos mais valorizados social e economicamente. A superação desta dicotomia é o grande desafio para uma mudança radical no ensino profissional e tecnológico no Brasil.

Portanto, o objetivo desse trabalho encontra-se na lição deixada por E. H. Carr, citada anteriormente, a qual se aproxima de Kosellek quando esse infere que é no presente que se ligam dois universos: o das experiências, ou seja, o passado e o das expectativas, o futuro.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, R.V. **Os Vargas**. Rio de Janeiro: Globo, 1985.

AMARAL, A.F. **Getúlio Vargas: Continuador de Uma Ideia, Vítima de Espoliação**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1984.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Do-

cumento Base. Brasília, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec>. Acesso em 07.04.2006.

CARR, E.H. **Que é História? Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E.H. Carr na Universidade de Cambridge**, janeiro-março de 1961, tradução de Lúcio Maurício de Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed. 1982.

CHILDE, V. G. **O Que Aconteceu na História**, tradução de Waltensir Dutra, 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Constituição da República Federativa do Brasil, 05.10.1988.

Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Brasília, DF: 17 de abril de 1997.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil. Um ensaio de interpretação sociológica**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ENGELS, F. **Del Socialismo Utópico al Socialismo Científico**. Moscou: Editorial Progreso, 1978.

FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. GAVATTA, Maria. RAMOS, Marise (orgs) **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. GAVATTA, Maria. RAMOS, Marise. **A política de Educação Profissional no Governo Lula: Um percurso histórico controverso**. Campinas: Educação e Sociedade, 26 (92) 1.087-1113, out. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: trabalho como elemento pedagógico na formação profissional**. In: *Conferência Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, 1982. Rio de Janeiro: SENAC/DIPLAN, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **O Novo Século** (Entrevista a Antônio Polito). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**, Edição 3, Companhia das Letras: São Paulo, 1997.

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf, acessado em 25/09/15.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KOSELLEK, Reinhart. **Futuro Pasado: para uma semântica de los tempos históricos**. Barcelona: Ed. Paidós Ibérica, 1993.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

LOBO NETO, F. **O discurso sobre tecnologia na “tecnologia” do discurso: discussão e formulação nor-**

mativa da educação profissional no quadro da lei de diretrizes e bases da educação em 1996. Niterói: 2006. Tese de doutorado.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel: Introdução.** São Paulo: Temas de Ciências Humanas, 1977.

MELENCHON, J. L. **Por um Modelo Universal de Profissionalização Sustentável.** Porto Alegre, 2003. Conferência no Fórum Mundial de Educação.

MOLL, J. et al. **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo, desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHNEIDER, J.O. et al. **Realidade Brasileira: Estudos de Problemas Brasileiros.** 7ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

SCHWARTZ, G. **John Maynard Keynes- Um Conservador Autocrítico;** São Paulo: Brasiliense, 1984.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Graphia editoria, 2004.

WONNACOTT, P. **Economia.** Tradução, revisão e adaptação Yeda Rorato Crusius et al. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.